

MERVAL PEREIRA



Guerras internas

• Mais uma vez a reação da chamada sociedade civil organizada consegue reverter uma decisão no mínimo polêmica dos políticos de Brasília. Desta, os deputados indicados por PT e PMDB para a presidência e a relatoria da comissão que vai estudar as mudanças no Código de Processo Civil “desistiram” da indicação depois que a OAB e várias outras associações protestaram.

Os deputados João Paulo Cunha, do PT, e Eduardo Cunha, do PMDB, foram considerados desqualificados para o cargo, por não serem juristas e, entre outras razões, por responderem a processos no Supremo Tribunal Federal.

Foi preciso que o vice-presidente Michel Temer interviesse para que a indicação do PMDB fosse revista, e havia um movimento dentro do partido que culpava o líder Henrique Eduardo Alves pelo desgaste que a indicação de Cunha provocou.

A intransigência de Cunha não resistiu às ponderações de que ele estaria atraindo para o PMDB as críticas generalizadas da sociedade, além de impedir a unidade partidária.

Em jogo existe também o futuro do líder Henrique Eduardo Alves, que pretende ser o futuro presidente da Câmara, mas só o conseguirá se tiver a unidade do partido.

O PMDB, aliás, está buscando se reunificar para escapar da síndrome do “fogo amigo” que está predominando na coalizão governamental.

O partido tinha, por exemplo, três candidatos para a vaga do Tribunal de Contas da União (TCU) e por isso estava fora da disputa. Nas últimas horas conseguiu se unir em torno do deputado Átila Lins, do Amazonas, que, além de ter bom trânsito junto ao baixo clero — para tentar neutralizar a influência de Jovair Arantes —, é auditor.

O partido, além de tudo, conseguiu, na reunião de terça-feira no Palácio do Planalto, tirar da presidente Dilma a garantia de que ela não trabalhará por qualquer candidato.

Há, nos bastidores da disputa, uma tentativa de acordo entre PMDB e PSB, mas as primeiras tentativas não deram certo.

O governador de Pernambuco, Eduardo Campos, não está aceitando retirar a candidatura de sua mãe, a deputada federal Ana Arraes, em benefício do PMDB.

O lançamento de um auditor apartidário a candidato a ministro do TCU, indicado por organizações da sociedade civil, é um dado a mais nessa disputa quase sangrenta que se trava na base aliada do governo.

Rosendo Severo seria uma alternativa técnica, o que representaria um grande avanço da luta da cidadania contra o loteamento partidário.

Como parte da comemoração por seus dez anos, a Comissão de Legislação Participativa (CLP) realizou audiência pública com o movimento Ministro Cida-

dão, que tem como principais apoiadores organismos como a Auditor, o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), o movimento Auditoria Cidadã da Dívida, o Sindifisco Nacional.

O PPS e o PSOL já assumiram a candidatura alternativa.

Mesmo a presidente Dilma recuando em seu suposto propósito de fazer uma “faxina ética” no Ministério em grande parte herdado do seu tutor, o ex-presidente Lula, tudo indica que mais um ministro está na marca do pênalti, lá colocado em decorrência do fogo amigo que se transformou em uma marca registrada da guerra fratricida desencadeada no interior da coalizão governista.

Mas o quase ex-ministro Mário Negromonte também está na corda bamba por conta própria, graças a ações heterodoxas de aliciamento de apoio dentro da bancada e, além disso, às declarações que deu ao repórter Gerson Camarotti, do GLOBO, explicitando práticas políticas mais apropriadas a máfias. Negromonte disse, por exemplo, que em briga desse tipo “irmão mata irmão”, e ninguém sai ganhando.

E ameaçou revelar poderes de companheiros de partido que, segundo ele, têm “folha corrida” no lugar de currículo.

A disputa pelo poder entre o grupo que o apoia e o que gostaria de ver o ex-ministro Márcio Fortes de volta ao Ministério das Cidades, um feudo do PP, fez com que Negromonte tentasse reverter uma mudança na liderança de seu partido na Câmara às custas de oferta de favores e mesmo dinheiro — houve mais de um deputado relatando que lhe fora prometido um “mensalão” de R\$ 30 mil — fato que foi denunciado por um grupo de deputados contrários a ele ao Palácio do Planalto.

Negromonte nega que tenha feito reuniões no ministério para tratar do assunto, mas o deputado João Pizzollati, de Santa Catarina, que supostamente o apoia, confirmou ter participado da reunião para tentar reverter a situação na bancada e recolocar o deputado Nelson Meurer na liderança do partido.

Se os leitores repararem quantas vezes escrevi acima “guerra” ou “sangue”, terão uma boa ideia da situação da base aliada do governo. Há um clima de disputa desenfreada e descontrolada dentro dos próprios partidos e também em relação ao Executivo.